



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

**CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL
CONSOLIDADA (PROCURADORIA GERAL
DE JUSTIÇA E FUNDO DE APOIO AO
MINISTÉRIO PÚBLICO)**

E

**CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL
DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

EXERCÍCIO 2014

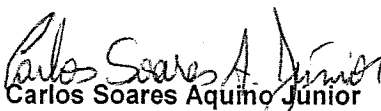


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RETIFICAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL CONSOLIDADA
(PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO)
E CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA –
EXERCÍCIO 2014

SUMÁRIO

1. Ofício de encaminhamento.....	03
2. Parecer Controle Interno.....	05
3. Pronunciamento do Gestor.....	07
4. Documento Comprobatório da Publicação dos Balanços Consolidados.....	09
5. Documento Comprobatório da Publicação dos Balanços da PGJ.....	13
6. Balanço Patrimonial Consolidado.....	20
7. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidado.....	22
8. Balanço Patrimonial PGJ – Anexo 14.....	25
9. Demonstração das Variações Patrimoniais PGJ – Anexo 15.....	27
10. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	30


Carlos Soares Aquino Junior
Gerente de Contabilidade / MP/MT
C.R.C. Nº MT – 016356/O

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Ofício nº 082/2015-SGA
Código do órgão: 1112937

Cuiabá, 07 de maio de 2015.

Senhor Conselheiro Presidente,

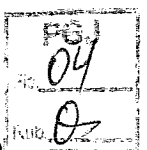
Ao tempo em que o cumprimento, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, retificações de documentos das Contas Anuais de Gestão Estadual do Exercício de 2014 da **Procuradoria Geral de Justiça**, incluindo a consolidada, que fora entregue a este egrégio Tribunal de Contas no dia 31/03/2015 sob protocolo Nº 85421 D e processo NR 30317/2014 para que sejam substituídos os documentos contidos no sumário. Tais retificações se fazem necessárias tendo em vista que fora retificado o valor da receita corrente líquida de 2014 pela Secretaria de Estado de Fazenda o qual serve de base para cálculo e registro da conta contábil Receitas do Tesouro a Receber.

Sendo o que tinha para o momento, aproveito o ensejo para externar-lhe votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Mauro Benedito Pouso Curvo
Secretário-Geral Administrativo do Ministério Público

Excelentíssimo Senhor
Conselheiro **WALDIR JÚLIO TEIS**
DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso



PGJ/2015

**PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DA UNIDADE
DE CONTROLE INTERNO**



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 006/2015

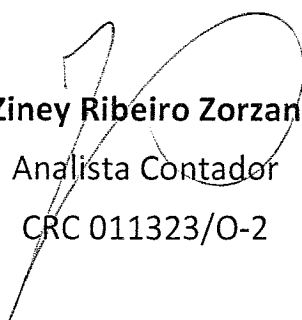
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ
OBJETO	PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO	2014

Examinamos os Balanços Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e demais demonstrativos e anexos que integram a Prestação de Contas da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA – PGJ**, encerrada em 31 de dezembro de 2014.

Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria aplicáveis ao serviço público e incluíram a análise dos demonstrativos contábeis elaborados pela Unidade e dos respectivos registros contábeis inseridos nos relatórios emitidos por meio do Sistema Integrado de Finanças do Estado de Mato Grosso – FIPLAN, centralizado na Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ.

Em nossa opinião, os referidos demonstrativos contábeis foram elaborados de acordo com a Lei nº 4.320/64 e os documentos que compõem a Prestação de Contas estão em conformidade com as normas do Tribunal de Contas do Estado – TCE, representando adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Órgão, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Cuiabá-MT, 07 de maio de 2015.

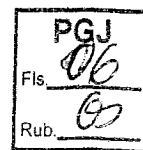

Ziney Ribeiro Zorzan

Analista Contador

CRC 011323/O-2


Ricardo Dias Ferreira

Auditor de Controle Interno



PRONUNCIAMENTO DO GESTOR

PGJ
Fls. 07
Rub. 07

**PRONUNCIAMENTO SOBRE AS CONTAS ANUAIS E PARECER
DO CONTROLE INTERNO**

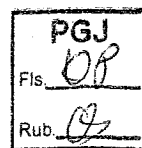
Em cumprimento ao disposto no art. 9º, da Lei Complementar 269 atesto haver tomado conhecimento das contas anuais da **Procuradoria Geral de Justiça, exercício de 2014**, do Parecer Técnico Conclusivo do Controle Interno, bem como das conclusões neles contidas.

Determino que os responsáveis pelos setores administrativos mencionados adotem as providências recomendadas.

Junte-se ao processo de prestação de contas anuais que será submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá, 07 de maio de 2015.

Mauro Benedito Pouso Curvo
SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA
PUBLICAÇÃO DOS BALANÇOS NO DIÁRIO
OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSOLIDADO – PROCURADORIA GERAL DE
JUSTIÇA**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo (GEDOC): 001792-001/2015. **Espécie:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2014. **Contratante:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ, CNPJ/MF nº 14.921.092/0001-57. **Contratada:** DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 83.472.803/0001-76. **Objeto:** Constitui objeto do presente instrumento o aditivo de prazo ao contrato que dispõe sobre a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico para o Sistema GUARDIÃO, com inclusão de 07 (sete) Posições de Agente, nos termos das condições contidas na proposta comercial DNE 040/2014, observados os fins e interesses determinantes da contratação por inexigibilidade de licitação, por interesse e necessidade da Administração Pública. **Prazo:** 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 27 de maio de 2015. **Assinado:** Em Cuiabá-MT, 28 de abril de 2015. **Assinam:** Mauro Benedito Pouso Curvo - Secretário-Geral de Administração do Ministério Público, Geraldo Augusto Xavier Faraco e Milton João Espíndola - Representantes da empresa.

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, por intermédio do Secretário-Geral de Administração do Ministério Público, considerando estarem presentes, nos autos do processo administrativo GEDOC nº 002461-001/2015, os pressupostos autorizativos da legislação que rege a matéria, decide e torna pública, a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, da empresa **OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP**, CNPJ n. 09.094.300/0001-51, com sede na Rua Edístio Pondé, 353, Cj. 909/910 - Edifício Empresarial Tancredo Neves, Bairro Stiep, Salvador/BA, CEP 41.770-395, para aquisição de 02 (duas) vaga no Curso "Gestão Tributária de Contratos e Convênios", no valor total de R\$ 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais), na dotação orçamentária: Projeto/Atividade: 3560 Fonte: 100 Natureza da Despesa: 33903900. Apresente inexigibilidade está fundamentada nos termos do artigo 25, inciso II c/c artigo 13, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cuiabá-MT, 28 de abril de 2015.

MAURO BENEDITO POUSO CURVO

SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2014

Anexo 14 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ÓRGÃO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	88.179.609,19	58.904.941,02	PASSIVO CIRCULANTE	1.602.967,37	471.260,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	74.765.125,23	51.760.082,82	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.135.999,57	156.872,50
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo¹	11.971.697,81	6.088.888,90	Demais Obrigações a Curto Prazo	466.967,80	314.387,61
Estoques	1.442.786,15	1.045.969,30			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.483.795,62	111.685.940,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.542.230,10	1.542.230,10
Ativo Realizável a Longo Prazo	91.645,66	91.645,66	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.542.230,10	1.542.230,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	91.645,66	91.645,66			
Investimentos	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	3.145.197,47	2.013.490,21
Imobilizado	117.202.355,69	110.828.958,65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	39.708.291,39	36.824.004,88	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	(2.401.085,06)	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Bens Imóveis	79.895.149,36	74.104.953,77	Resultados Acumulados	205.518.207,34	168.577.390,81
Intangíveis	3.189.794,27	665.335,69	Resultado do Exercício	38.482.100,80	28.390.379,30
Softwares	3.189.794,27	665.335,69	Resultado de Exercícios Anteriores	168.577.390,81	140.187.011,51
			Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.541.284,27)	0,00
TOTAL	208.663.404,81	170.590.881,02	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	205.518.207,34	168.577.390,81
			TOTAL	208.663.404,81	170.590.881,02
ATIVO FINANCEIRO²	86.736.823,04	57.848.671,72	PASSIVO FINANCEIRO³	17.784.888,11	10.489.449,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	74.765.125,23	51.760.082,82	Credito empenhado a liquidar inscrito em RP + RP de exercícios anteriores transferidos	16.442.845,70	10.203.210,29
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.971.697,81	6.088.588,90	Outros passivos financeiros	1.342.042,41	286.239,47
ATIVO PERMANENTE	121.926.581,77	112.742.209,30	PASSIVO PERMANENTE	1.803.155,06	1.803.155,06
SALDO PATRIMONIAL - Compensações				189.079.361,64	158.298.279,24
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contra garantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contra garantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Convenidos e Outros Instrumentos Congêneres	413.189,74	671.034,24	Execução de Obrigações Convenidas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total	413.189,74	671.034,24	Total	0,00	0,00

Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor do grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo em função do recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado no Balanço Patrimonial do Tesouro Estadual publicado no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506

Carlos Soares Aquino Júnior
Contador Chefe
C.R.C. Nº MT - 016356 / O



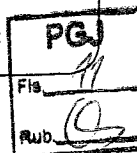
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



CONSOLIDADO DO ÓRGÃO Procuradoria Geral de Justiça

Exercício de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	362.031.741,02	328.272.740,84
Contribuições	25.648.936,56	27.614.268,04
Contribuições Sociais	25.648.936,56	27.614.268,04
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	237.475,20	27.015,10
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	237.475,20	27.015,10
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.374.063,34	3.403.204,31
Juros e Encargos de Mora	18.817,48	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	7.352.085,61	3.402.359,51
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	3.160,25	844,80
Transferências e Delegações Recebidas	315.837.455,02	290.714.678,23
Transferências Intragovernamentais	315.733.024,68	290.257.621,36
Transferências Inter Governamentais	104.430,34	457.051,12
Delegações Recebidas	0,00	5,75
Valorização e Ganhos com Ativos	12.519.934,33	6.186.588,90
Reavaliação de Ativos	567.054,80	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	98.000,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento	11.952.879,53	6.088.588,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	413.876,57	326.986,26
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	413.876,57	326.986,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	323.549.640,22	299.882.361,54
Pessoal e Encargos	219.478.205,70	203.376.387,42
Remuneração a Pessoal	187.349.621,03	156.570.301,05
Encargos Patronais	17.520.692,71	16.145.666,04
Benefícios a Pessoal	14.430.718,82	18.590.532,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	177.173,14	12.069.888,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.349.897,63	31.733.690,32
Aposentadorias e Reformas	22.781.562,45	23.504.153,01
Pensões	6.741.021,57	7.575.055,74
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	827.313,61	654.481,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	51.997.230,53	33.602.640,85
Uso de Material de Consumo	2.466.608,73	2.510.928,54
Serviços	47.288.899,21	31.091.712,31
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.241.722,59	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	15.233.946,84	14.519.533,99
Transferências Intragovernamentais	15.233.946,84	14.519.533,99
Desvalorização e Perda de Ativos	231.969,50	0,00
Perdas com Alienação	210.181,00	0,00
Perdas Involuntárias	21.788,50	0,00
Tributárias	169.801,92	108.465,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	169.801,92	108.465,84
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	38.482.100,80	28.390.379,30





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



CONSOLIDADO DO ÓRGÃO Procuradoria Geral de Justiça

Exercício de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
(decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	17.921.303,60	14.632.302,87
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	(11.903.460,53)	(5.990.588,90)

Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor da variação patrimonial aumentativa Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos em função de recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais do Tesouro Estadual publicada no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506

CARLOS SOARES AQUINO JUNIOR
CONTADOR CHEFE
CONTADOR CRC Nº MT 016356/O

**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA
PUBLICAÇÃO DOS BALANÇOS NO DIÁRIO
OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2014

Anexo 14 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	86.707.922,95	57.506.412,26	PASSIVO CIRCULANTE	1.456.910,89	471.170,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.293.683,99	50.361.799,06	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.135.999,57	156.872,50
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo ¹	11.971.697,81	6.098.888,90	Demais Obrigações a Curto Prazo	320.911,32	314.298,41
Estoques	1.442.541,15	1.045.724,30			
			PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.542.230,10	1.542.230,10
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.483.795,62	111.680.364,10	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.542.230,10	1.542.230,10
Ativo Realizável a Longo Prazo	91.645,66	91.645,66			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	91.645,66	91.645,66	TOTAL DO PASSIVO	2.999.140,99	2.013.401,01
Investimentos	0,00	0,00			
Imobilizado	117.202.355,69	110.923.382,75	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	39.708.291,39	36.818.428,98	ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	(2.401.085,06)	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Bens Imóveis	79.895.149,36	74.104.953,77	Resultados Acumulados	204.192.577,58	167.173.375,35
Intangível	3.189.794,27	665.335,69	Resultado do Exercício	38.560.486,50	28.335.403,88
Softwares	3.189.794,27	665.335,69	Resultado de Exercícios Anteriores	167.173.375,35	138.837.971,47
			Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.541.284,27)	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	204.192.577,58	167.173.375,35
TOTAL	207.191.718,57	169.186.776,38	TOTAL	207.191.718,57	169.186.776,38
ATIVO FINANCEIRO²	85.285.381,80	56.450.387,96	PASSIVO FINANCEIRO³	17.588.576,60	10.488.373,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.293.683,99	50.361.799,06	Credito empenhado a liquidar inscrito em RP + RP de exercícios anteriores transferidos	16.392.590,87	10.202.222,73
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.971.697,81	6.088.588,90	Outros passivos financeiros	1.195.985,93	286.150,27
ATIVO PERMANENTE	121.926.336,77	112.736.388,40	PASSIVO PERMANENTE	1.803.155,06	1.803.155,06
SALDO PATRIMONIAL				187.799.986,91	156.895.246,30
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contra garantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contra garantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros	413.189,74	671.034,24	Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneros	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total	413.189,74	671.034,24	Total	0,00	0,00

Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor do grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo em função de recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado no Balanço Patrimonial do Tesouro Estadual publicado no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506.

Carlos Soares Aquino Júnior
Contador Chefe
C.R.C. Nº MT – 016356 / O



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



Unidade Orçamentária: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Exercício de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	361.664.128,19	328.074.908,57
Contribuições	25.648.936,56	27.614.268,04
Contribuições Sociais	25.648.936,56	27.614.268,04
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	47,20	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	47,20	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.286.085,01	3.345.789,98
Juros e Encargos de Mora	18.817,48	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	7.264.107,28	3.344.945,18
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	3.160,25	844,80
Transferências e Delegações Recebidas	315.835.096,21	290.709.795,43
Transferências Intragovernamentais	315.730.665,87	290.252.738,56
Transferências Inter Governamentais	104.430,34	457.051,12
Delegações Recebidas	0,00	5,75
Valorização e Ganhos com Ativos	12.519.934,33	6.186.588,90
Reavaliação de Ativos	567.054,80	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	98.000,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	11.952.879,53	6.088.588,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	374.028,88	218.466,22
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	374.028,88	218.466,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	323.103.641,69	299.739.504,69
Pessoal e Encargos	219.478.205,70	203.376.387,42
Remuneração a Pessoal	187.349.621,03	156.570.301,05
Encargos Patronais	17.520.692,71	16.145.666,04
Benefícios a Pessoal	14.430.718,82	18.590.532,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	177.173,14	12.069.888,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.349.897,63	31.733.690,32
Aposentadorias e Reformas	22.781.562,45	23.504.153,01
Pensões	6.741.021,57	7.575.055,74
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	827.313,61	654.481,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	51.565.002,03	33.466.256,05
Uso de Material de Consumo	2.466.608,73	2.510.928,54
Serviços	46.856.670,71	30.955.327,51
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.241.722,59	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	15.223.653,32	14.514.651,19
Transferências Intragovernamentais	15.223.653,32	14.514.651,19
Desvalorização e Perda de Ativos	231.969,50	0,00
Perdas com Alienação	210.181,00	0,00
Perdas Involuntárias	21.788,50	0,00
Tributárias	166.325,41	106.876,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	166.325,41	106.876,59
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	38.560.486,50	28.335.403,88



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



Unidade Orçamentária: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Exercício de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
(decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	17.921.303,60	14.632.302,87
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	(11.903.460,53)	(5.990.588,90)

Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor da variação patrimonial aumentativa Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento em função de recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais do Tesouro Estadual publicada no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506.

CARLOS SOARES AQUINO JUNIOR
CONTADOR CHEFE
CONTADOR CRC Nº MT 016356/O

Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Unidade Orçamentária: 08101 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Exercício de 2014

Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Ministério Público do Estado de Mato Grosso foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso – FIPLAN as quais passaram por correções técnicas a fim de se corrigirem distorções e inconsistências apresentadas pelo sistema conforme ocorrências relatadas na Instrução de Serviço Nº 001/2015-SATE/SEFAZ. As referidas demonstrações compõem a Prestação de Contas do Procurador-Geral de Justiça.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso foi constituído pela Lei Complementar Nº 27 de 1993, que instituiu a Lei Orgânica e o Estatuto do MP a qual foi alterada pela Lei Complementar Nº 416 de 2010, e possui personalidade jurídica de direito público interno constituindo-se como instituição independente face aos demais poderes constituídos. É domiciliado no Município de Cuiabá sendo sua sede a Procuradoria-Geral de Justiça e tendo como unidades desconcentradas as Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado.

Nos termos do art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Enquanto Instituição, o Ministério Público tem autonomia orçamentária, administrativa e funcional, gerindo os recursos que lhe são destinados pelo orçamento, dirigindo suas Procuradorias e Promotorias e atuando, na atividade de execução, com independência funcional, sem qualquer subordinação, exceto à Constituição e legislação vigente. No plano funcional, o Ministério Público é integrado por membros, servidores e estagiários, sendo que, dentre os primeiros estão os Procuradores e Promotores de Justiça e os demais constituem os serviços auxiliares.

As Demonstrações Contábeis do Ministério Público do Estado de Mato Grosso foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, e NBCASP / NBC – T16.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964.

2 Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis**2.1 Depreciação e Reavaliação de itens do Imobilizado****2.1.1 Depreciação**

No exercício de 2014 iniciou-se o cálculo e registro da depreciação dos bens móveis deste Ministério Público. O cálculo foi realizado pela Gerência de Patrimônio conforme orientação da Secretaria de Estado de Fazenda disponibilizada na site: http://www.sefaz.mt.gov.br/guia_Financas_Publicas/Contabilidade_Governamental/Orientacoes_do_Tesouro_Estadual. Após o cálculo os respectivos valores foram encaminhados à Gerência de Contabilidade por meio dos processos nº 000125-001/2015 e 000137-001/2015 os quais foram registrados por meio de inclusão de documentos denominados de notas de lançamento automático – NLA que possuem os roteiros contábeis específicos para os registros desejados conforme seu respectivo código de ato ou fato contábil – AFC elaborado pela Secretaria de Estado de Fazenda. Os Valores dos bens depreciados foram segregados em dois grupos:

- 1) depreciação do exercício de 2014: o valor da depreciação teve como contrapartida a conta 3.3.3.1.1.01.01.01 - DEPRECIÇÃO POR AÇÃO DA NATUREZA OU OBSOLESCENCIA
- 2) depreciação do exercícios de 2013 e anos anteriores: o valor da depreciação teve como contrapartida a conta 2.3.7.1.1.03.01.00 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES (P)

Dessa forma procurou-se evidenciar as variações patrimoniais apenas do exercício e as variações de exercícios anteriores foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido não transitando, dessa forma, na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

2.1.1 Reavaliação

No exercício de 2014 este Ministério Público editou o Ato Adm. nº 382/2014-PGJ o qual regulamentou os procedimentos a serem observados para arrolamento de veículos e de bens permanentes e de consumo e determinou ao Secretário-Geral de Administração a incumbência de instituição de uma comissão de servidores para realizar os trabalhos de avaliação patrimonial com o objetivo de se proceder ao leilão de bens usados. Tal comissão por meio de processo nº 001248-001/2014 realizou a reavaliação de veículos usados para realização de leilão conforme edital nº 072/2014 publicado no DOE nº 26410. Tal comissão estabeleceu como critério para reavaliação de veículos, com o objetivo de alienação, o valor integral da tabela de preço médio de veículos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE sendo tal critério adotado para todos os veículos alienados no referido processo.

3 Composição de itens das Demonstrações**3.1 Balanço Financeiro****Nota 1 – Transferências Financeiras Concedidas - Execução de Destaque Recebido**

No exercício de 2014 fora realizado o Termo de Cooperação nº 010/2014/PGJ/SESP entre este Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso que previu a execução de destaque de créditos orçamentários da Secretaria de Segurança Pública a este Ministério Público no valor total de R\$ 98.314,57.

PGJ

Fls. 17

Pub. 6

Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

3.2 Balanço Patrimonial**Nota 1 – Ativo Circulante - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

No grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo estão registradas duas origens de direitos quais sejam:

- 1) Receitas a Receber do Tesouro Estadual no valor de R\$ 11.952.880,33: direito a receber perante o Tesouro Estadual no valor de 2% da Receita Corrente Líquida - RCL conforme previsão do art. 18 da lei estadual nº 9.970/2013 (LDO 2014) o qual foi repassado a menor à esta Procuradoria em comparação ao previsto na lei. Fora solicitado o reconhecimento desse direito por meio do ofício nº 0192/2015/GAB/PGJ o qual recebeu o protocolo SEFAZ nº 44707/2015. Embora o reconhecimento desse direito ainda não havia sido concluído no processo retromencionado, o mesmo foi calculado com base na RCL publicada no D.O.E. de 30/01/2015 Nº 26467 a qual foi posteriormente alterada e informada pela Secretaria de fazenda a esta Procuradoria por e-mail. Este direito a receber foi evidenciado como uma obrigação a pagar no Balanço Patrimonial do Tesouro Estadual publicado no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506.
- 2) Outras Receitas Próprias a Receber no valor de R\$ 18.817,48: corresponde a recebimento de dívida ativa proveniente de aplicação de multas contratuais por esta Procuradoria as quais foram recebidas Pela SEFAZ por meio de Documentos de Arrecadação Estadual – DAR e serão repassadas a este Ministério Público em data futura.

Nota 2 – Ativo Financeiro

O § 1º do art. 105 da lei 4.320/1964 estabelece que o Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Dessa forma o Ativo Financeiro da Procuradoria-Geral de Justiça é composto pelo seguintes valores:

CÓD.CONTABIL	DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO	SALDO ATUAL
1.1.1.0.0.00.00.00	Caixa e Equivalentes de Caixa		73.293.683,99
1.1.1.1.1.03.04.01	Conta Especial - Banco do Brasil	73.293.683,99	
1.1.3.0.0.00.00.00	Demais Créditos e Valores a curto Prazo		11.971.697,81
1.1.3.8.2.34.00.00	RECEITAS DO TESOIRO A RECEBER	11.952.880,33	
1.1.3.8.2.98.00.00	OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS A RECEBER	18.817,48	
		TOTAL	85.265.381,80

Nota 3 – Passivo Financeiro

O § 3º do art. 105 da lei 4.320/1964 estabelece que "o Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária."

No MCASP 5ª edição, parte V – DCASP pg. 32 e 37 dispõe que "o balanço patrimonial será elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) além da classe 8 (controles credores)" e dispõe que "o passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar".

Mas na parte IV – PCASP pg. 18 estabelece que "No Balanço Patrimonial, o passivo financeiro representa as obrigações decorrentes do empenho da despesa, liquidadas ou não, mas que ainda não foram pagas. Nesse conceito incluem-se despesas orçamentárias que ainda não se constituíram em passivo circulante ou não circulante (classe 2). Dessa forma o passivo financeiro não será composto apenas pelas contas da Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) com atributos (F), pois a essas contas deve-se somar o saldo dos empenhos emitidos cujos fatos geradores dos passivos exigíveis não tenham ainda acontecido. Este saldo é obtido na conta "Crédito Empenhado a Liquidar".

Porém a parte IV – PCASP cria um mecanismo chamado controle em liquidação para se poder excluir os valores que já constam no passivo (circulante ou não circulante) com atributo (F).

Dessa leitura combinada conclui-se que o passivo financeiro não inclui somente a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) com atributos (F), mas também a classe 6 que corresponde as contas Crédito Empenhado a Liquidar, para registrar as despesas que foram empenhadas e não pagas e que o fato gerador da despesa ainda não ocorreu e por isso não vão na parte do balanço patrimonial que faz a segregação entre circulante e não circulante, e a conta dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores. Conclui-se também que, dessa forma, o valor do passivo financeiro não será igual ao valor do passivo com atributo (F) (segregado em circulante ou não circulante), pois nesta não são somados os valores dos empenhos cujo fato gerador da despesa sob o enfoque patrimonial ainda não incorreu.

Dessa forma o Passivo Financeiro da Procuradoria-Geral de Justiça corresponde aos seguintes valores demonstrados na tabela abaixo:

CÓD.CONTABIL	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
2.1.3.1.1.01.02.00	FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCÍCIO (F)	969.060,51
2.1.3.1.1.02.02.00	FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	166.939,06
2.1.8.8.1.05.04.00	DEPOSITOS A IDENTIFICAR (F)	3.402,58
2.1.8.8.2.05.01.00	DEPOSITOS EM CAUÇÕES (F)	34.385,99
2.1.8.8.2.05.04.00	DEPOSITOS A IDENTIFICAR (F)	17.990,80
2.1.8.8.2.05.99.00	OUTROS DEPÓSITOS (F)	2.787,99

Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

2.1.8.9.1.40.03.02	RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES-LIQUIDADOS A PAGAR (F)	1.419,00
	Subtotal classe 2	1.195.985,93
6.2.2.1.3.02.00.04	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR INSCRITO EM RP	15.624.699,97
6.3.1.1.1.00.00.01	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS A LIQUIDAR	428.551,41
6.3.1.1.1.00.00.02	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A LIQUIDAR	339.339,29
	Subtotal classe 6	16.392.590,67
	Total Geral	17.588.576,60

4 Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis**4.1 Regime contábil**

A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita e despesa orçamentárias, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas."

No entanto, há de se destacar que o art. 35 se refere ao regime orçamentário e não ao regime contábil (patrimonial) e a citada Lei, ao abordar o tema "Da Contabilidade", determina que as variações patrimoniais devam ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro das variações patrimoniais, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios contábeis da competência e da oportunidade.

4.2 Critérios de mensuração

O critério de mensuração utilizado corresponde ao custo histórico das despesas incorridas e receitas realizadas.

4.3 Julgamentos

Os julgamentos utilizados para escolha dos critérios contábeis que têm efeito mais significativo nos valores registrados nas demonstrações contábeis são determinados por leis e regulamentos que disciplinam a execução da Contabilidade Pública tais como a Lei 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

CARLOS SOARES AQUINO JUNIOR
CONTADOR CHEFE
CONTADOR CRC Nº MT 016356/O

PGJ
Fis. 19
Rub. 62

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2014

Anexo 14 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ÓRGÃO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	88.179.609,19	58.904.941,02	PASSIVO CIRCULANTE	1.602.967,37	471.260,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	74.765.125,23	51.760.082,82	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.135.999,57	156.872,50
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo ¹	11.971.697,81	6.098.888,90	Demais Obrigações a Curto Prazo	466.967,80	314.387,61
Estoques	1.442.786,15	1.045.969,30			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.483.795,62	111.685.940,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.542.230,10	1.542.230,10
Ativo Realizável a Longo Prazo	91.645,66	91.645,66	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.542.230,10	1.542.230,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	91.645,66	91.645,66			
Investimentos	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	3.145.197,47	2.013.490,21
Imobilizado	117.202.355,69	110.928.958,65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	39.708.291,39	36.824.004,88	ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	(2.401.085,06)	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Bens Imóveis	79.895.149,36	74.104.953,77	Resultados Acumulados	205.518.207,34	168.577.390,81
Intangível	3.189.794,27	665.335,69	Resultado do Exercício	38.482.100,80	28.390.379,30
Softwares	3.189.794,27	665.335,69	Resultado de Exercícios Anteriores	168.577.390,81	140.187.011,51
			Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.541.284,27)	0,00
TOTAL	208.663.404,81	170.590.881,02	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	205.518.207,34	168.577.390,81
			TOTAL	208.663.404,81	170.590.881,02
ATIVO FINANCEIRO²	86.736.823,04	57.848.671,72	PASSIVO FINANCEIRO³	17.784.888,11	10.489.449,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	74.765.125,23	51.760.082,82	Credito empenhado a liquidar inscrito em RP + RP de exercícios anteriores transferidos	16.442.845,70	10.203.210,25
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.971.697,81	6.088.588,90	Outros passivos financeiros	1.342.042,41	286.239,47
ATIVO PERMANENTE	121.926.581,77	112.742.209,30	PASSIVO PERMANENTE	1.803.155,06	1.803.155,06
SALDO PATRIMONIAL				189.075.361,64	158.298.276,24
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contra garantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contra garantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	413.189,74	671.034,24	Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total	413.189,74	671.034,24	Total	0,00	0,00

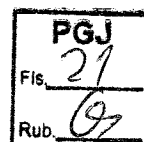
Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor do grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo em função de recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado no Balanço Patrimonial do Tesouro Estadual publicado no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506

Carlos Soares Aquino Júnior
Contador Chefe
C.R.C. Nº MT - 016356 / O

Mauro Benedito Pouso Curvo
Secretário Geral de Administração

Cláudia Di Giacomio Mariano
Diretora Geral - PGJ/MP

Carlos Soares Aquino Júnior
Gerente de Contabilidade - MP/MT
C.R.C. Nº MT - 016356/O



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



CONSOLIDADO DO ÓRGÃO Procuradoria Geral de Justiça

Exercício de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	362.031.741,02	328.272.740,84
Contribuições	25.648.936,56	27.614.268,04
Contribuições Sociais	25.648.936,56	27.614.268,04
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	237.475,20	27.015,10
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	237.475,20	27.015,10
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.374.063,34	3.403.204,31
Juros e Encargos de Mora	18.817,48	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	7.352.085,61	3.402.359,51
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	3.160,25	844,80
Transferências e Delegações Recebidas	315.837.455,02	290.714.678,23
Transferências Intragovernamentais	315.733.024,68	290.257.621,36
Transferências Inter Governamentais	104.430,34	457.051,12
Delegações Recebidas	0,00	5,75
Valorização e Ganhos com Ativos	12.519.934,33	6.186.588,90
Reavaliação de Ativos	567.054,80	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	98.000,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	11.952.879,53	6.088.588,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	413.876,57	326.986,26
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	413.876,57	326.986,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	323.549.640,22	299.882.361,54
Pessoal e Encargos	219.478.205,70	203.376.387,42
Remuneração a Pessoal	187.349.621,03	156.570.301,05
Encargos Patronais	17.520.692,71	16.145.666,04
Benefícios a Pessoal	14.430.718,82	18.590.532,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	177.173,14	12.069.888,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.349.897,63	31.733.690,32
Aposentadorias e Reformas	22.781.562,45	23.504.153,01
Pensões	6.741.021,57	7.575.055,74
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	827.313,61	654.481,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	51.997.230,53	33.602.640,85
Uso de Material de Consumo	2.466.608,73	2.510.928,54
Serviços	47.288.899,21	31.091.712,31
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.241.722,59	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	15.233.946,84	14.519.533,99
Transferências Intragovernamentais	15.233.946,84	14.519.533,99
Desvalorização e Perda de Ativos	231.969,50	0,00
Perdas com Alienação	210.181,00	0,00
Perdas Involuntárias	21.788,50	0,00
Tributárias	169.801,92	108.465,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	169.801,92	108.465,84
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	38.482.100,80	28.390.379,30



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



CONSOLIDADO DO ÓRGÃO Procuradoria Geral de Justiça

Exercício de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
(decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	17.921.303,60	14.632.302,87
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	(11.903.460,53)	(5.990.588,90)

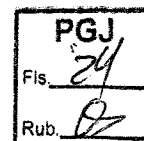
Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor da variação patrimonial aumentativa Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos em função de recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais do Tesouro Estadual publicada no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506

CARLOS SOARES AQUINO JUNIOR
CONTADOR CHEFE
CONTADOR CRC Nº MT 016356/O

Mauro Benedito Pouso Curvo
Secretário Geral de Administração

Cláudia Di Giácomo Mariano
Diretora Geral - PGJ/MP


Carlos Soares Aquino Júnior
Gerente de Contabilidade - MP/MT
C.R.C. Nº MT - 016356/O



BALANÇO PATRIMONIAL PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2014

Anexo 14 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	86.707.922,95	57.506.412,26	PASSIVO CIRCULANTE	1.456.910,89	471.170,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.293.683,99	50.361.799,06	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.135.999,57	156.872,50
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo ¹	11.971.697,81	6.098.888,90	Demais Obrigações a Curto Prazo	320.911,32	314.298,41
Estoques	1.442.541,15	1.045.724,30			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.483.795,62	111.680.364,10	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.542.230,10	1.542.230,10
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	<u>91.645,66</u>	<u>91.645,66</u>	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.542.230,10	1.542.230,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	91.645,66	91.645,66			
<u>Investimentos</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	TOTAL DO PASSIVO	2.999.140,99	2.013.401,01
<u>Imobilizado</u>	<u>117.202.355,69</u>	<u>110.923.382,75</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	39.708.291,39	36.818.428,98	ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	(2.401.085,06)	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Bens Imóveis	79.895.149,36	74.104.953,77	Resultados Acumulados	204.192.577,58	167.173.375,35
<u>Intangível</u>	<u>3.189.794,27</u>	<u>665.335,69</u>	Resultado do Exercício	38.560.486,50	28.335.403,88
Softwares	3.189.794,27	665.335,69	Resultado de Exercícios Anteriores	167.173.375,35	138.837.971,47
			Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.541.284,27)	0,00
TOTAL	207.191.718,57	169.186.776,36	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	204.192.577,58	167.173.375,35
			TOTAL	207.191.718,57	169.186.776,36
ATIVO FINANCEIRO²	85.265.381,80	56.450.387,96	PASSIVO FINANCEIRO³	17.588.576,60	10.488.373,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.293.683,99	50.361.799,06	Credito empenhado a liquidar inscrito em RP + RP de exercícios anteriores transferidos	16.392.590,67	10.202.222,73
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.971.697,81	6.088.588,90	Outros passivos financeiros	1.195.985,93	286.150,27
ATIVO PERMANENTE	121.928.336,77	112.736.388,40	PASSIVO PERMANENTE	1.803.155,06	1.803.155,06
SALDO PATRIMONIAL				187.799.986,91	156.895.248,30
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contra garantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contra garantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	413.189,74	671.034,24	Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total	413.189,74	671.034,24	Total	0,00	0,00

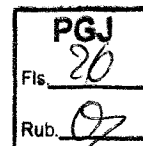
Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor do grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo em função de recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado no Balanço Patrimonial do Tesouro Estadual publicado no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506.

Carlos Soares Aquino Júnior
Contador Chefe
C.R.C. Nº MT – 016356 / O

Mauro Benedito Pouso Curvo
Secretário Geral de Administração

Cláudia Di Giacomo Mariano
Diretora Geral - PGJ/MP

Carlos Soares Aquino Júnior
Gerente de Contabilidade - MP/MT
C.R.C. Nº MT - 016356/O



**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS - PROCURADORIA GERAL DE
JUSTIÇA**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



Unidade Orçamentária: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Exercício de 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	361.664.128,19	328.074.908,57
Contribuições	25.648.936,56	27.614.268,04
Contribuições Sociais	25.648.936,56	27.614.268,04
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	47,20	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	47,20	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.286.085,01	3.345.789,98
Juros e Encargos de Mora	18.817,48	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	7.264.107,28	3.344.945,18
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	3.160,25	844,80
Transferências e Delegações Recebidas	315.835.096,21	290.709.795,43
Transferências Intragovernamentais	315.730.665,87	290.252.738,56
Transferências Inter Governamentais	104.430,34	457.051,12
Delegações Recebidas	0,00	5,75
Valorização e Ganhos com Ativos	12.519.934,33	6.186.588,90
Reavaliação de Ativos	567.054,80	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	98.000,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento	11.952.879,53	6.088.588,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	374.028,88	218.466,22
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	374.028,88	218.466,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	323.103.641,69	299.739.504,69
Pessoal e Encargos	219.478.205,70	203.376.387,42
Remuneração a Pessoal	187.349.621,03	156.570.301,05
Encargos Patronais	17.520.692,71	16.145.666,04
Benefícios a Pessoal	14.430.718,82	18.590.532,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	177.173,14	12.069.888,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.349.897,63	31.733.690,32
Aposentadorias e Reformas	22.781.562,45	23.504.153,01
Pensões	6.741.021,57	7.575.055,74
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	827.313,61	654.481,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	51.565.002,03	33.466.256,05
Uso de Material de Consumo	2.466.608,73	2.510.928,54
Serviços	46.856.670,71	30.955.327,51
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.241.722,59	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	15.223.653,32	14.514.651,19
Transferências Intragovernamentais	15.223.653,32	14.514.651,19
Desvalorização e Perda de Ativos	231.969,50	0,00
Perdas com Alienação	210.181,00	0,00
Perdas Involuntárias	21.788,50	0,00
Tributárias	166.325,41	106.876,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	166.325,41	106.876,59
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.088.588,10	16.541.643,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	38.560.486,50	28.335.403,88



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo 15 - Lei 4.320/64



Unidade Orçamentária: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Exercício de 2014

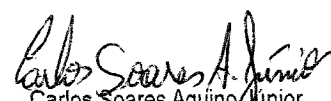
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
(decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	17.921.303,60	14.632.302,87
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	(11.903.460,53)	(5.990.588,90)

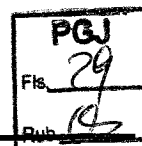
Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505 para correção do valor da variação patrimonial aumentativa Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento em função de recálculo da RCL conforme informação da Secretaria de Fazenda. Este valor foi evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais do Tesouro Estadual publicada no dia 30/03/2015 DOE Nº 26506.

CARLOS SOARES AQUINO JUNIOR
CONTADOR CHEFE
CONTADOR CRC Nº MT 016356/O

Mauro Benedito Pouso Curvo
Secretário Geral de Administração

Cláudia Di Giacomo Mariano
Diretora Geral - PGJ/MP


Carlos Soares Aquino Junior
Gerente de Contabilidade - MP/MT
C.R.C. Nº MT - 016356/O



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Unidade Orçamentária: 08101 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Exercício de 2014

Nota: republicação do dia 27/03/2015 DOE Nº 26505

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Ministério Público de Mato Grosso foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso – FIPLAN as quais passaram por correções técnicas a fim de se corrigirem distorções e inconsistências apresentadas pelo sistema conforme ocorrências relatadas na Instrução de Serviço Nº 001/2015-SATE/SEFAZ. As referidas demonstrações compõem a Prestação de Contas do Procurador-Geral de Justiça.

O Ministério Público de Mato Grosso foi constituído pela Lei Complementar Nº 27 de 1993, que instituiu a Lei Orgânica e o Estatuto do MP a qual foi alterada pela Lei Complementar Nº 416 de 2010, e possui personalidade jurídica de direito público interno constituindo-se como instituição independente face aos demais poderes constituídos. É domiciliado no Município de Cuiabá sendo sua sede a Procuradoria-Geral de Justiça e tendo como unidades desconcentradas as Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado.

Nos termos do art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Enquanto Instituição, o Ministério Público tem autonomia orçamentária, administrativa e funcional, gerindo os recursos que lhe são destinados pelo orçamento, dirigindo suas Procuradorias e Promotorias e atuando, na atividade de execução, com independência funcional, sem qualquer subordinação, exceto à Constituição e legislação vigente. No plano funcional, o Ministério Público é integrado por membros, servidores e estagiários, sendo que, dentre os primeiros estão os Procuradores e Promotores de Justiça e os demais constituem os serviços auxiliares.

As Demonstrações Contábeis do Ministério Público de Mato Grosso foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, e NBCASP / NBC – T16.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964.

2 Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

2.1 Depreciação e Reavaliação de itens do Imobilizado

2.1.1 Depreciação

No exercício de 2014 iniciou-se o cálculo e registro da depreciação dos bens móveis deste Ministério Público. O cálculo foi realizado pela Gerência de Patrimônio conforme orientação da Secretaria de Estado de Fazenda disponibilizada na site: http://www.sefaz.mt.gov.br/guia_Financas_Publicas > Contabilidade Governamental > Orientações do Tesouro Estadual. Após o cálculo os respectivos valores foram encaminhados à Gerência de Contabilidade por meio dos processos nº 000125-001/2015 e 000137-001/2015 os quais foram registrados por meio de inclusão de documentos denominados de notas de lançamento automático – NLA que possuem os roteiros contábeis específicos para os registros desejados conforme seu respectivo código de ato ou fato contábil – AFC elaborado pela Secretaria de Estado de Fazenda. Os Valores dos bens depreciados foram segregados em dois grupos:

- 1) depreciação do exercício de 2014: o valor da depreciação teve como contrapartida a conta 3.3.3.1.1.01.01.01 - DEPRECIÇÃO POR AÇÃO DA NATUREZA OU OBSOLESCENCIA
- 2) depreciação do exercícios de 2013 e anos anteriores: o valor da depreciação teve como contrapartida a conta 2.3.7.1.1.03.01.00 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)

Dessa forma procurou-se evidenciar as variações patrimoniais apenas do exercício e as variações de exercícios anteriores foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido não transitando, dessa forma, na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

2.1.1 Reavaliação

No exercício de 2014 este Ministério Público editou o Ato Adm. nº 382/2014-PGJ o qual regulamentou os procedimentos a serem observados para arrolamento de veículos e de bens permanentes e de consumo e determinou ao Secretário-Geral de Administração a incumbência de instituição de uma comissão de servidores para realizar os trabalhos de avaliação patrimonial com o objetivo de se proceder ao leilão de bens usados. Tal comissão por meio de processo nº 001248-001/2014 realizou a reavaliação de veículos usados para realização de leilão conforme edital nº 072/2014 publicado no DOE nº 26410. Tal comissão estabeleceu como critério para reavaliação de veículos, com o objetivo de alienação, o valor integral da tabela de preço médio de veículos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE sendo tal critério adotado para todos os veículos alienados no referido processo.

3 Composição de itens das Demonstrações

3.1 Balanço Financeiro

Nota 1 – Transferências Financeiras Concedidas - Execução de Destaque Recebido

No exercício de 2014 fora realizado o Termo de Cooperação nº 010/2014-PGJ/SESP entre este Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso que previu a execução de destaque de créditos orçamentários da Secretaria de Segurança Pública a este Ministério Público no valor total de R\$ 98.314,57.

Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

3.2 Balanço Patrimonial

Nota 1 – Ativo Circulante - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

No grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo estão registradas duas origens de direitos quais sejam:

- 1) Receitas a Receber do Tesouro Estadual no valor de R\$ 11.952.880,33: direito a receber perante o Tesouro Estadual no valor de 2% da Receita Corrente Líquida - RCL conforme previsão do art. 18 da lei estadual nº 9.970/2013 (LDO 2014) o qual foi repassado a menor à esta Procuradoria em comparação ao previsto na lei. Fora solicitado o reconhecimento desse direito por meio do ofício nº 0192/2015/GAB/PGJ o qual recebeu o protocolo SEFAZ nº 44707/2015. Embora o reconhecimento desse direito ainda não havia sido concluído no processo retromencionado, o mesmo foi calculado com base na RCL publicada no D.O.E. de 30/01/2015 N° 26467 a qual foi posteriormente alterada e informada pela Secretaria de fazenda a esta Procuradoria por e-mail. Este direito a receber foi evidenciado como uma obrigação a pagar no Balanço Patrimonial do Tesouro Estadual publicado no dia 30/03/2015 DOE N° 26506.
- 2) Outras Receitas Próprias a Receber no valor de R\$ 18.817,48: corresponde a recebimento de dívida ativa proveniente de aplicação de multas contratuais por esta Procuradoria as quais foram recebidas Pela SEFAZ por meio de Documentos de Arrecadação Estadual – DAR e serão repassadas a este Ministério Público em data futura.

Nota 2 – Ativo Financeiro

O § 1º do art. 105 da lei 4.320/1964 estabelece que o Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Dessa forma o Ativo Financeiro da Procuradoria-Geral de Justiça é composto pelo seguintes valores:

CÓD.CONTABIL	DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO	SALDO ATUAL
1.1.1.0.0.00.00.00	Caixa e Equivalentes de Caixa		73.293.683,99
1.1.1.1.1.03.04.01	Conta Especial - Banco do Brasil	73.293.683,99	
1.1.3.0.0.00.00.00	Demais Créditos e Valores a curto Prazo		11.971.697,81
1.1.3.8.2.34.00.00	RECEITAS DO TESOURO A RECEBER	11.952.880,33	
1.1.3.8.2.98.00.00	OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS A RECEBER	18.817,48	
		TOTAL	85.265.381,80

Nota 3 – Passivo Financeiro

O § 3º do art. 105 da lei 4.320/1964 estabelece que “o Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.”

No MCASP 5ª edição, parte V – DCASP pg. 32 e 37 dispõe que “o balanço patrimonial será elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) além da classe 8 (controles credores)” e dispõe que “o passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar”.

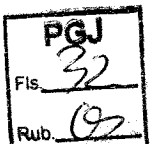
Mas na parte IV – PCASP pg. 18 estabelece que “No Balanço Patrimonial, o passivo financeiro representa as obrigações decorrentes do empenho da despesa, liquidadas ou não, mas que ainda não foram pagas. Nesse conceito incluem-se despesas orçamentárias que ainda não se constituíram em passivo circulante ou não circulante (classe 2). Dessa forma o passivo financeiro não será composto apenas pelas contas da Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) com atributos (F), pois a essas contas deve-se somar o saldo dos empenhos emitidos cujos fatos geradores dos passivos exigíveis não tenham ainda acontecido. Este saldo é obtido na conta “Crédito Empenhado a Liquidar”.

Porém a parte IV - PCASP cria um mecanismo chamado controle em liquidação para se poder excluir os valores que já constam no passivo (circulante ou não circulante) com atributo (F).

Dessa leitura combinada conclui-se que o passivo financeiro não inclui somente a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) com atributos (F), mas também a classe 6 que corresponde as contas Crédito Empenhado a Liquidar, para registrar as despesas que foram empenhadas e não pagas e que o fato gerador da despesa ainda não ocorreu e por isso não vão na parte do balanço patrimonial que faz a segregação entre circulante e não circulante, e a conta dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores. Conclui-se também que, dessa forma, o valor do passivo financeiro não será igual ao valor do passivo com atributo (F) (segregado em circulante ou não circulante), pois nesta não são somados os valores dos empenhos cujo fato gerador da despesa sob o enfoque patrimonial ainda não incorreu.

Dessa forma o Passivo Financeiro da Procuradoria-Geral de Justiça corresponde aos seguintes valores demonstrados na tabela abaixo:

CÓD.CONTABIL	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
2.1.3.1.1.01.02.00	FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCÍCIO (F)	969.060,51
2.1.3.1.1.02.02.00	FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	166.939,06
2.1.8.8.1.05.04.00	DEPOSITOS A IDENTIFICAR (F)	3.402,58
2.1.8.8.2.05.01.00	DEPOSITOS EM CAUÇÕES (F)	34.385,99
2.1.8.8.2.05.04.00	DEPOSITOS A IDENTIFICAR (F)	17.990,80
2.1.8.8.2.05.99.00	OUTROS DEPÓSITOS (F)	2.787,99



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

2.1.8.9.1.40.03.02	RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES-LIQUIDADOS A PAGAR (F)	1.419,00
	Subtotal classe 2	1.195.985,93
6.2.2.1.3.02.00.04	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR INSCRITO EM RP	15.624.699,97
6.3.1.1.1.00.00.01	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS A LIQUIDAR	428.551,41
6.3.1.1.1.00.00.02	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A LIQUIDAR	339.339,29
	Subtotal classe 6	16.392.590,67
	Total Geral	17.588.576,60

4 Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

4.1 Regime contábil

A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita e despesa orçamentárias, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas."

No entanto, há de se destacar que o art. 35 se refere ao regime orçamentário e não ao regime contábil (patrimonial) e a citada Lei, ao abordar o tema "Da Contabilidade", determina que as variações patrimoniais devam ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro das variações patrimoniais, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios contábeis da competência e da oportunidade.

4.2 Critérios de mensuração

O critério de mensuração utilizado corresponde ao custo histórico das despesas incorridas e receitas realizadas.

4.3 Julgamentos

Os julgamentos utilizados para escolha dos critérios contábeis que têm efeito mais significativo nos valores registrados nas demonstrações contábeis são determinados por leis e regulamentos que disciplinam a execução da Contabilidade Pública tais como a Lei 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.


CARLOS SOARES AQUINO JUNIOR
CONTADOR CHEFE
CONTADOR CRC Nº MT 016356/O